

MAL-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA DO MERCADO¹

Aline de Carvalho Moura²

Jonatan Fernando da Silva Reis³

Resumo

Neste trabalho, discutimos a relação entre o processo de intensificação e precarização do trabalho de professores na pós-graduação brasileira e alguns imbricamentos sócio-psíquicos, em um contexto mercantilizado. Parte-se de uma perspectiva sócio-histórica, na qual compreende-se que o neoliberalismo é uma racionalidade, que interfere na subjetividade dos sujeitos, impactando sua saúde física e mental. Considera-se, a partir disso, que é preciso romper, educacional e socialmente, com essa lógica, problematizando a naturalização de valores, arraigados no seio da pós-graduação brasileira.

Palavras-chave: trabalho docente; pós-graduação; saúde; neoliberalismo.

MALESTAR EN LOS CURSOS DE POSGRADO BRASILEÑOS: TRABAJO DOCENTE Y ENFERMEDAD EN EL CONTEXTO DE LA PEDAGOGÍA DE MERCADO

Resumen

En este artículo, analizamos la relación entre la intensificación y la precariedad del trabajo docente en los programas de posgrado brasileños y algunas implicaciones sociopsicológicas en un contexto mercantilizado. El estudio parte de una perspectiva sociohistórica, entendiendo que el neoliberalismo es una racionalidad que interfiere en la subjetividad de los individuos, impactando su salud física y mental. Con base en esto, creemos necesario romper con esta lógica, tanto educativa como socialmente, cuestionando la naturalización de valores arraigados en los programas de posgrado brasileños.

Palabras clave: trabajo docente; estudios de posgrado; salud; neoliberalismo.

DISCOMFORT IN BRAZILIAN GRADUATE COURSES: TEACHING WORK AND ILLNESS IN THE CONTEXT OF MARKET PEDAGOGY

Abstract

In this paper, we discuss the relationship between the intensification and precariousness of teaching work in Brazilian graduate programs and some socio-psychological implications within a commodified context. The study begins from a socio-historical perspective, understanding that neoliberalism is a rationality that interferes with the subjectivity of

¹ Artigo recebido em 19/09/2025. Avaliação em 22/10/2025. Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 20/01/2026.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJE- mail : licacmoura@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6186-605X>

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJE- mail : jonatansilvareis@ufrj.br <https://orcid.org/0000-0002-7210-1666>

individuals, impacting their physical and mental health. Based on this, we believe it is necessary to break with this logic, both educationally and socially, questioning the naturalization of values rooted within Brazilian graduate programs.

Keywords: teaching work; graduate studies; health; neoliberalism.

INTRODUÇÃO

No contexto neoliberal, considerando as mudanças constantes na sociedade, que vinculam-se cada vez mais às necessidades e às demandas do mercado e que têm assolado o trabalho e a vida da classe trabalhadora, torna-se fundamental uma discussão sobre as transformações no mundo do trabalho e os impactos que essas mudanças trazem ou aprofundam na dinâmica dos trabalhadores e na forma como eles relacionam entre si e com o trabalho em si. Mesmo compreendendo que se trata de um debate mais amplo sobre a própria organização e estruturação do trabalho nesse novo contexto, vamos tratar especificamente do trabalho docente no Ensino Superior.

Este trabalho visa discutir algumas questões relacionadas à intensificação e à precarização do trabalho docente no Ensino Superior, com enfoque na pós-graduação brasileira, bem como busca apresentar alguns imbricamentos sócio-psíquicos desse processo, pensando o contexto neoliberal. O ponto de partida para este artigo é a discussão de Dardot e Laval (2016), de que o neoliberalismo forja determinadas formas de existência. Considerando essas formas de existência e a construção de uma nova racionalidade, faz-se necessário discutir as questões que envolvem a saúde mental docente, sobretudo na pós-graduação, considerando-se o contexto das Universidades Públicas, pois entende-se que, muitas vezes, nesse espaço, o adoecimento dos professores é negligenciado, em um movimento de naturalização da pressão por produção e de concorrência constante, que interferem nas condições de trabalho desses profissionais e em sua saúde.

No processo de solidificação de uma educação mercantilizada, que vem sendo consolidada de forma mais intensa nas últimas três décadas no Brasil, os constantes ataques políticos e ideológicos à educação, os cortes de verbas, as parcerias público-privadas e os desinvestimentos no campo da pesquisa acadêmico-científica não só enfraquecem a educação pública, como também interferem no processo de produção de conhecimento e na dinâmica de trabalho do professor universitário. Essa dinâmica de trabalho docente ressignificada não só pela lógica mercantil, mas transformada pela racionalidade neoliberal, pautada em características como a meritocracia, a competitividade, o quantitativismo e a individualização, além de afetarem as condições de trabalho, têm trazido prejuízos maiores, em especial à saúde desse docente, tanto física quanto mental. Vive-se um movimento de naturalização das pressões produtivas que geram desconforto, constrangimentos e um certo mal-estar na Academia – utilizamos este termo para nos referirmos à pós-graduação.

Não podemos generalizar a forma como as pressões produtivas atingem a classe trabalhadora docente, pois trata-se de questões subjetivas e que abarcam debates sobre a normalização de certos comportamentos que têm sido tratados como naturais dentro do ambiente acadêmico. O que tentamos tratar é que, independente da forma como se percebe as exigências de produtividade, a questão que será tratada teórico-conceitualmente aqui, é que existe um descontentamento com a organização intensificada do trabalho no Ensino Superior, que tem precarizado o trabalho docente, de forma muitas vezes silenciosa, ocasionando um adoecimento que pode provocar uma sensação de subvida vinculada ao trabalho, ou como afirmam Trein e Rodrigues (2011, p. 785), um excesso de “horas de vida dedicada ao trabalho – vida morta”.

Neste artigo, em um primeiro momento, partiremos da análise de Trein e Rodrigues (2011), na qual os autores discutem a questão do mal-estar na Academia, do conhecimento-mercadoria e do produtivismo, indicando as contradições, sobretudo na pós-graduação, que se expressam, por um lado, na necessidade de se produzir um conhecimento com valor de uso social e, por outro, de atender às demandas mercantis de produção de conhecimento em prol da validação advinda do maior capital acadêmico no seio da sociedade burguesa, ocasionando, assim, um mal-estar. Considerando os apontamentos dos autores, nos propomos a correlacionar o mal-estar na Academia aos processos de adoecimento do professor, mas, antes, torna-se fulcral compreender que nessa relação o processo de intensificação e de precarização do trabalho são questões que se articulam direta e/ou indiretamente à discussão sobre as questões sócio-psíquicas que afetam os docentes.

Em um contexto de mercantilização dos processos educacionais e do próprio sistema no qual a intensificação e a precarização se fazem presentes e constantes, o docente se coloca como uma peça que produz e reproduz os ditames neoliberais. Dessa forma, apresenta-se que, em nome de um suposto gerenciamento de currículo, da busca por financiamentos e verbas e da lograda por um certo status acadêmico, algumas más práticas de pesquisa podem ser adotadas no rol da produção acadêmica, em um cenário de alienação e mercadorização do conhecimento produzido. Assim, tem se naturalizado, no contexto da pós-graduação, algumas práticas e, mais que isso, questões que envolvem problemas atinentes à saúde mental dos atores envolvidos. A partir dessa problematização, destaca-se que, por conta da pressão pelas publicações e o sentimento de concorrência constante nesse contexto, especialmente, os docentes reagem física e mentalmente, adoecendo.

Em seguida, na segunda parte do artigo, apresentamos como as exigências de produtividade e a naturalização do produtivismo revestido da busca pela excelência na lógica competitiva tem se enquadrado aos interesses neoliberais de formação de subjetividades, criando os “neossujeitos” (Dardot e Laval, 2016, p. 327) nesses espaços institucionais. Esses seriam, justamente, aqueles indivíduos forjados no contexto neoliberal, ‘moldados’ a partir dos seus preceitos, a ponto de defendê-los. A concorrência e o alcance de metas imposto a esses docentes na Universidade faz parte desse projeto, que é excessivamente positivo, pois não admite que os sujeitos cometam falhas (Han, 2015), devendo, sempre, ter a máxima performance.

Para embasar a discussão por meio de dados, discute-se alguns recortes de uma pesquisa, realizada em 2023, sobre condições de trabalho e saúde docente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Encaminha-se a discussão indicando que é preciso romper, educacional e socialmente, com a pedagogia de mercado e, conseqüentemente, da morte (Santos, 2012), problematizando a naturalização de valores, arraigados no seio da Academia.

REFLETINDO SOBRE O MAL-ESTAR QUE ASSOMBRA A ACADEMIA

Um mal-estar assombra a Academia: o mal-estar provocado pelo fetiche do conhecimento-mercadoria e o seu canto de sereia – o produtivismo. Professores, pesquisadores e estudantes universitários, e até mesmo os chamados “gestores de Ciência & Tecnologia”, enfim, a Academia parece estar desagradada e, em alguma medida, degradada pela direção e pelo ritmo do desenvolvimento das transformações em curso no chamado sistema brasileiro de ciência e tecnologia (Trein e Rodrigues, 2011, p. 769).

Quando tratamos de alguns valores e comportamentos naturalizados no ambiente institucional da pós-graduação brasileira, que aqui também denominamos como Academia, chegamos à questão da produção do conhecimento acelerada. Certamente, é preciso publicizar os resultados das pesquisas produzidas nas Universidades para uma sociedade mais ampla,

bem como compartilhar com os pares da própria e de outras instituições os seus achados. Acontece que, como Trein e Rodrigues (2011) já apontavam há mais de uma década atrás, não temos apenas a publicização dos conhecimentos em um cenário em que o mesmo passa a ser uma mercadoria, ou “conhecimento-mercadoria” (p. 769), de tal forma que, por ser mercadoria, precisa ser multiplicado. Um exemplo é que, quem produz tal produto, é recompensado de algumas formas, como por financiamento – quanto maior for a produção e se a mesma ocorrer nos meios de divulgação mais privilegiados. Temos, então, o que os autores denominam de “canto de sereia” (p. 769), o produtivismo.

Vale destacar que a área das Ciências Humanas, na tentativa de se afirmar como ciência ao longo dos anos, procurou se aproximar dos parâmetros advindos de outras ciências mais antigas. Acontece que:

[...] no âmbito das ciências humanas, a obtenção de resultados nem sempre pode ser prevista em prazos muito estreitos ou facilmente previsíveis, o que tem levado a comunidade a usar de diversos estratagemas que desagradam e degradam, como já dissemos, todos os envolvidos na produção mercantil do conhecimento. (Trein e Rodrigues, 2011, p. 782)

Nesse sentido, é preciso pensar como questões éticas se inserem nesse contexto, de maneira a não banalizarmos tais más práticas de pesquisa, considerando essas como ‘gerenciamento de currículo’, sendo necessário que nos contraponhamos ao “processo crescente de alienação em relação ao efetivo valor de uso social do trabalho produzido” (p. 783). É justamente no atendimento a esses interesses inconciliáveis que reside o que Trein e Rodrigues (2011) denominam de mal-estar na Academia, após uma discussão inicial sobre tal categoria freudiana. Por um lado, é preciso produzir conhecimento com valor de uso social e, por outro, atende-se às demandas mercantis por produção do conhecimento, em ritmo acelerado e, muitas vezes, utilizando-se de estratagemas para uma maior produção, em prol de um capital curricular maior, na busca de reconhecimento.

Na lógica de pensar a produção de conhecimento e a forma como tem sido, nas últimas décadas, arraigada pelas demandas mercantis da sociedade e da academia como um espaço de produção dessa sociedade regida pelo capital, Vilaça e Palma (2015, p. 800-801, destaque dos autores) afirmam que a pesquisa, dentro de um mercado acadêmico, tem se transformado em moeda de troca e, nesse contexto mercantilizado da produção de conhecimento, “o fenômeno do produtivismo revelaria a [...] mercantilização da ciência, porquanto afirma, num tom crítico, que a “economia e o mercado sempre se fizeram presentes na produção do conhecimento, assim como nas instituições de ensino e de pesquisa”.

Vale pontuar que essa discussão é, muitas vezes, invisibilizada no âmbito da Academia, uma vez que, por conta do aparato estatal constituir-se como um avaliador que ‘cobra’ a conta da produção acadêmica, sobretudo em termos de financiamento e, no caso da pós-graduação, influenciando na nota dos Programas, é comum que haja uma naturalização de um ritmo de produção desenfreado. O que precisamos pensar, como atores desse processo, estudantes e docentes dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), é na qualidade do que se produz, mas principalmente nos atermos à relevância social das pesquisas que realizamos. A produção pela produção, em ritmo mercantil, pode fragilizar as pesquisas, pensando a área educacional como lócus.

Moura et al. (2022), ao analisarem a presença ou ausência dos elementos constitutivos básicos nos resumos de artigos publicados em periódicos classificados como A1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (objeto ou tema, perspectiva ou embasamento teórico, metodologia ou procedimento de trabalho), supostamente os mais ‘qualificados’, ou seja, com maior classificação no sistema de avaliação Qualis/CAPES, daqueles PPGs em Educação classificados com a nota máxima (7),

no quadriênio 2013-2016, indicam que muitos desses resumos não tinham os elementos básicos supracitados identificados pelos pesquisadores. Ainda, é preciso reconhecer que há uma:

[...] dificuldade de tratar de um campo tão rico de possibilidades e que dialoga com tantos outros campos do conhecimento científico para tentar dar conta de sua complexidade, mas a educação precisa ser tratada dentro do rigor necessário à produção acadêmico-científica, caso contrário, corre-se o risco de fragilizar o processo de produção de conhecimento, abrindo brechas para os problemas teórico-metodológicos da pesquisa em educação (Moura et al., 2022, p. 16)

Dessa forma, é fundamental que pensemos sempre, quando tratamos da produção de conhecimento, no processo de construção que se está pensando, em virtude do próprio conhecimento da área educacional. Não se nega a importância de se produzir, mas a forma como isso é feito, deve atender a uma relevância social e princípios éticos de pesquisa. Não se pode deixar de ratificar que, ainda conforme Trein e Rodrigues (2011), o “canto de sereia” (p. 769), ou seja, o produtivismo, no contexto do “conhecimento-mercadoria” (p. 769) possui um meio de publicação privilegiado, os periódicos, ainda que, como mencionado acima, a simples publicação em uma revista com maior conceito no sistema Qualis/CAPES, pode não significar, necessariamente, um rigor teórico-metodológico adequado.

Pensando a questão do necessário rigor com a produção acadêmico-científica e seu viés fundamental de voltar-se ao atendimento de questões de relevância social e que atendam ao bem comum, Dias e Serafim (2015, p. 338-339, destaque dos autores), apontam que:

Noções como ‘eficiência’ e ‘produtividade’, embora conflitantes com a essência de boa parte das práticas acadêmicas, tornaram-se parâmetros de primeira ordem de importância, que passaram a ser perseguidos acriticamente por muitas universidades e institutos públicos de pesquisa.

Diante disso, pensando os conflitos de interesses e ações que encontram-se vigentes nas universidades e contribuindo com a crítica de Trein e Rodrigues (2011) acerca do que denominam de “conhecimento-mercadoria” (p. 769) e suas problemáticas para o Ensino Superior e a produção do conhecimento, Vilaça e Palma (2013, p. 472) indicam que “a norma produtividade e a periodicocracia do conhecimento acadêmico-científico são traços basilares do funcionamento da academia”.

Nesse sentido, temos de destacar o modelo cientonômico que temos na produção do conhecimento brasileira. Especialmente, destaca-se a pesquisa na pós-graduação, avaliada pelo Estado brasileiro por meio da CAPES, que, entre outros critérios avaliativos dos Programas de Pós-Graduação, analisa a produtividade dos mesmos, com destaque para a produção intelectual em termos de artigos. Esses Programas, por sua vez, são privilegiados se sua publicação se dá em periódicos, os quais são ranqueados. Quanto maior a pontuação desse periódico, melhor é em termos de capital acadêmico para o pesquisador. Mesmo com as mudanças propostas recentemente para avaliação, considerando agora as citações de uma produção, encontramos-nos em um período de transição em que o artigo em periódico tem um enorme peso avaliativo. Assim, Vilaça e Palma (2013) defendem que há uma “periodicocracia” (p. 468).

Nessa conjuntura de “mal-estar na Academia” (Trein e Rodrigues, 2011, p. 769) e de “periodicocracia” (Vilaça e Palma, 2013, p. 468), faz-se mister refletir, antes de tudo, sobre os condicionantes sócio-históricos em que essas questões de materializam. Assim, utiliza-se de Fernandes (2010), que parte do pressuposto de que “as instituições de ensino superior da América Latina nunca estiveram dissociadas dos contextos histórico-sociais em que se

formaram e nos quais evoluíram” e, por isso, “suas características [...] provinham [...] do condicionamento do meio socioeconômico e cultural” (p. 210). Dessa forma, podemos inferir que o Ensino Superior brasileiro, de acordo com a análise sociológica de Fernandes (2010), está inserido na lógica capitalista.

Mais especificamente, temos de compreender a inserção dessa etapa de ensino em um contexto de capitalismo dependente, ou seja, de um capitalismo em contexto de país periférico. Assim, a Universidade brasileira transplantada, importada da Europa, será condicionada pelos seus aspectos histórico-sociais, ou seja, relacionados a um histórico de colonização, no qual o Ensino Superior, durante muito tempo, era somente para a elite econômica, e a uma sociedade capitalista, de economia majoritariamente agroexportadora. Nesse cenário, ainda, temos que a difusão de uma mentalidade que seja funcional ao capital pode se dar de algumas formas nas universidades latino-americanas, já que

[...] proliferam nas universidades públicas pesquisas encomendadas pelo mercado, inclusive patrocinadas por grandes corporações interessadas na monopolização e setores estratégicos [...] a comercialização de cursos de vários tipos (pós-graduação lato sensu e estrito sensu), tentativas de aligeiramento dos cursos de graduação, currículos referenciados nas necessidades empresariais, métodos de avaliação importados do setor produtivo, [e] remuneração por produtividade [...] (Leher, 2018, p. 160)

Ainda, compreendendo-se a área da educação como um constante campo em disputa por diferentes atores sociais e seus interesses, temos que a produção do conhecimento no Ensino Superior se dá a partir, principalmente, de duas perspectivas: a que defende a performatividade e a que indica que, na verdade, tal produção se dá num viés produtivista. Assim, de acordo com este viés e em consonância com Trein e Rodrigues (2011), o conhecimento científico teria seu valor de uso subsumido ao valor de troca próprios de uma sociedade de mercado, ou seja, esse conhecimento, em última instância, seria a própria mercadoria, aproximando-se dos aspectos indicados por Leher (2018) no trecho acima.

A partir dos elementos apontados acima, podemos pensar alguns dos impactos desse contexto de organização social, neoliberal, nas instituições de Ensino Superior que, consequentemente, impactam o trabalho docente e possuem, pelas características próprias do neoliberalismo, imbricamentos sócio-psíquicos. Isso faz parte do docente e pesquisador de novo tipo que se pretende forjar, que atue e forme outras pessoas alinhadas aos preceitos neoliberais. Isso é importante, já que:

[...] a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. “Empresa” é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal. (Dardot e Laval, 2016, p. 426)

Tendo isso em vista, pretende-se discutir, na próxima seção, como essas características do Ensino Superior e sobretudo da produção de conhecimento, entendendo-se a pós-graduação como espaço privilegiado para tal, podem interferir em aspectos outros desse docente, que não se fazem aparentes de imediato. Conforme Dardot e Laval (2016), entendemos que a racionalidade neoliberal atua para forjar esse docente de novo tipo requerido por seu contexto social, que, muitas vezes, entende as questões apontadas acima como naturais e, mais que isso, compete a todo momento consigo mesmo e com seus pares, em um sistema em que, quem possui maior capital curricular, pautado na extensão do currículo Lattes, é academicamente mais e melhor reconhecido.

A CONVERSÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E SAÚDE MENTAL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM JOGO E A PEDAGOGIA DA MORTE

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (Dardot e Laval, 2016, p. 15, destaque dos autores).

A partir do excerto acima, compreendemos que, com o neoliberalismo, há a captura de subjetividades como elemento central, no intuito de se fabricar “sujeitos neoliberais”, “neossujeitos”, “homens-empresa” (Dardot e Laval, 2016, p. 327). No que se refere ao trabalho docente no Ensino Superior, isso é decisivo, também, para pensarmos o docente de novo tipo requerido pelo sistema e quais os imbricamentos sócio-psíquicos envolvidos nesse processo, considerando que não se trata apenas de uma nova lógica, mas da construção de uma nova racionalidade:

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados [...] O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio da concorrência. (Dardot e Laval, 2016, p. 17, destaque dos autores)

Pensando o papel do docente do Ensino Superior como pesquisador, a produção do conhecimento é irremediavelmente impactada, como discurremos brevemente acima, o que torna imperativo que reflitamos a forma pela qual a Academia vem refletindo essas questões, muitas vezes naturalizadas em seu interior.

Nesse contexto, precisamos compreender como a questão do produtivismo acadêmico, por exemplo, discutida anteriormente, pode influenciar a saúde docente no Ensino Superior uma vez que para a produção dentro de um determinado contexto produtivo, o indivíduo, por detrás dessa produção, torna-se uma peça inserida nos ditames postos e impostos pela lógica que rege e direciona o sistema. Destaca-se que tal temática não costuma ser tão discutida na esfera educacional, mas, quando o é, isso ocorre majoritariamente na Educação Básica (Zaragoza, 1999; Silva, 2018; Borges, 2020; Zafalão, 2021). Ainda assim, nota-se, inclusive empiricamente, a falta de dados sobre saúde mental docente em decorrência das condições de trabalho. Parece haver uma naturalização do adoecimento e posterior medicalização desses profissionais, bem como de seus afastamentos nessa etapa de ensino. Não interessa, neste artigo, contudo, o enfoque na Educação Básica, ainda que possamos realizar aproximações, em alguma medida, das realidades nos diferentes segmentos educacionais.

Como já mencionado, a questão do produtivismo e da conversão do conhecimento em mercadoria, expressa a partir de Trein e Rodrigues (2011), causa um mal-estar na Academia, desagradando-a e degradando-a simultaneamente. Compreendemos que a questão da saúde mental na Academia é de extrema relevância e não deve deixar de ser abertamente discutida e, mais que isso, pesquisada. Apoiamo-nos, para isso, nessa proposição de Trein e Rodrigues (2011), que parte de uma categoria freudiana – o mal-estar, correlacionando-a a uma perspectiva com inspiração no materialismo histórico-dialético, pois trata das contradições inerentes à sociedade de classes, capitalista, e baseando-nos, ainda, em Dardot e Laval (2016), que destacam como o neoliberalismo forja determinadas formas de existência.

Leite (2017) delinea como o docente do Ensino Superior parece perecer caso não publique o que é pressionado a publicar. Mais uma vez, destacamos que não se trata de simplesmente não publicar ou produzir. Contudo, temos, aqui, uma outra questão, já indicada neste texto e melhor discutida por Leite (2017, p. 214), tendo em vista que “a nova conformação assumida pela universidade, cujo modelo gerencial, produtivista e de alcance de metas é o mais destacado, estabelece uma relação economia-tempo”. Ou seja, o funcionamento da Universidade, no seio das contradições neoliberais, aproxima-se do funcionamento de uma empresa, no qual o alcance de metas e a concorrência constante são valores estimulados a todo momento. Os docentes dessas instituições, sobretudo aqueles da pós-graduação, se optarem por permanecer nesse espaço, notadamente de status acadêmico mais elevado que a graduação, precisam, de algumas formas, ceder à pressão por produção e publicação nos meios acadêmicos mais valorizados e, conseqüentemente, concorridos. É mister destacar, que, nesse contexto:

As implicações das novas formas de trabalho docente são severas, levando desde o consumo de ansiolíticos até o suicídio. A aferição e o diagnóstico das patologias [...] são extremamente difíceis. Entretanto, enquanto o docente continuar reconhecendo seus sintomas, mas tratando-os como algo natural ou inevitável, pouco poderá ser feito. Isso é o resultado de uma equação simples: o individualismo e a competição adquirem proeminência e tendem a ser naturalizados. (Leite, 2017, p. 214)

Desde o início deste texto, procuramos indicar a importância de não naturalizar o adoecimento na Academia. Contudo, na Universidade, como na sociedade neoliberal de forma geral, temos um excesso de positividade, de forma que o homem é levado a buscar viver apenas o sucesso, afastando-se de toda experiência ligada à negatividade, representada pelos fracassos e falhas, conforme Han (2015). Ainda de acordo com o autor, a busca pelo afastamento da negatividade e do fracasso possui implicações psíquicas, como por exemplo a depressão. Para Han (2015, p. 16), “A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma.” Como a violência da sociedade do desempenho, neoliberal, é sistêmica, há o que Han denomina de “infartos psíquicos” (2015, p. 15).

Assim, não é difícil inferir o porquê se naturaliza tanto a falta de saúde mental no interior da Academia. Ora, se a sociedade neoliberal prega o sucesso como única possibilidade e forja os indivíduos para atuarem de tal forma, de que maneira, nas Universidades, seria diferente? Nesse sentido, Leite (2017) nos aponta que os docentes do Ensino Superior, especialmente os da pós-graduação, extremamente envolvidos nesse processo, perecem de algumas formas, em virtude da concorrência constante e generalizada e do trabalho isolado, expresso no individualismo, os quais são os fatores que mais estressam a saúde desses docentes, segundo a pesquisa da autora. Assim, existe uma certa naturalização ou apenas aceitação das condições intensas e precárias de trabalho, o que se traduz na negligência quanto ao adoecimento advindo desse contexto de submissão às ‘regras do jogo’. Outros dados mais recentes sobre condições de trabalho e saúde docente no Ensino Superior chamam a atenção. Em 2023, houve a realização da Enquete Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN), que versa sobre as condições de trabalho e saúde dos(as) docentes que atuam nas Universidades públicas, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), sobretudo a partir das modificações impostas pela pandemia de covid-19 e o desenvolvimento de atividades remotas. Na 1ª etapa da pesquisa, que contou com a participação de 1.874 docentes de 11 instituições, 65% dos respondentes afirma que houve uma intensificação do seu trabalho após o início da pandemia, comparado com o cenário pré-pandêmico (ANDES-SN, 2023). Ou seja,

podemos compreender como outras dinâmicas sociais, a exemplo da pandemia, no contexto neoliberal, podem atuar para uma ainda maior intensificação do trabalho docente.

Em relação à sobrecarga de trabalho, mais de 90% dos docentes indicou que já se sentiu sobrecarregado pelo menos alguma vez no trabalho, sendo a maioria com frequência muito alta ou alta (optaram pela opção ‘sempre’ ou ‘frequentemente’). No que se refere ao sentimento de pressão de metas a cumprir, a maioria respondeu que sempre se sente pressionado (46%) ou frequentemente (33%). Ainda, 55% compreende que seu quadro de adoecimento, expresso em diferentes patologias, mas com destaque àquelas de ordem mental e emocional, relaciona-se às questões do trabalho, ao passo que 18% não faz essa associação e 27% dos docentes não soube responder (ANDES-SN, 2023).

A partir dos dados supracitados, ainda que sejam um recorte do estágio mais inicial da pesquisa, podemos inferir alguns aspectos da saúde mental dos docentes no Ensino Superior, associadas às suas condições de trabalho. Mesmo que o enfoque seja nas condições de trabalho no pós-pandemia, o quadro que possivelmente já não era animador, foi intensificado em termos de precarização do trabalho docente. A pressão por desempenho laboral e por metas a cumprir não estão dissociadas da lógica da Universidade do desempenho, como indicamos a partir de Han (2015), bem como enxergam nesse docente o novo sujeito requerido pelo neoliberalismo, que forja certas formas de existência (Dardot e Laval, 2016).

Retornando às questões apontadas Leite (2017), que ratificam essa inferência, a rotina do professor universitário tem sido intensificada ao longo dos anos e, atualmente, ele precisa dar conta não apenas das aulas e outros afazeres ligados primordialmente à docência, mas também de atividade ligadas à burocratização e administração institucional. Assim, é sobrecarregado com cada vez mais reuniões, lançamento de notas e frequência em sistemas informatizados, devido à redução do número de funcionários técnico-administrativos, relatórios e pareceres, produção em artigos, para revistas mais ‘qualificadas’, atendimento a demandas online, via e-mail e WhastApp. Ratifica-se que esse movimento de sobrecarga e precarização do trabalho foi ainda mais intensificado após o período pandêmico da covid-19, no qual as barreiras entre vida pessoal e profissional se estreitaram muito para esses profissionais, o que invade o tempo de descanso aos fins de semana e, até mesmo, de férias. Por isso, não é infrequente o aumento do consumo de álcool e outras drogas, provocando doenças; a depressão e abuso de medicamentos, como os ansiolíticos; e doenças como depressão de síndrome de burnout, bem como do cometimento de suicídio por parte desses profissionais (Leite, 2017). De tal forma que “As mudanças ocorridas no processo de trabalho docente impactam sobremaneira a saúde [...] O relato mais comum é a ausência de descanso nos finais de semana, feriados e férias e o afastamento da família e dos amigos.” (Leite, 2017, p. 214). Assim, os impactos sobre a saúde física, mas principalmente sobre a saúde mental desses sujeitos, precisa ser levado em consideração, ao passo que nós, enquanto atores desse processo, da Academia, precisamos, no mínimo, discutir essas questões e enfrentar suas causas, e não apenas seus sintomas.

Figura 1 – registro de uma pichação feita no Chile, de autoria desconhecida, no contexto da revolta de 2019. Na tradução do espanhol para o português, temos o seguinte significado: ‘não era depressão, era capitalismo’, em um entendimento de que o modo de organização social capitalista impacta a saúde mental das pessoas.



Fonte: Google Imagens

Partindo da imagem acima, que associa a depressão a uma espécie de sintoma desse modelo societário capitalista, uma reação ao mesmo ou até uma forma de resistência, ainda que despolitizada, às imposições do neoliberalismo, buscamos refletir como a sensação de mal-estar na Academia não pode ser pensada de forma desarticulada do contexto macrossocial. Nesse sentido, cabe discutir a pedagogia de mercado como uma pedagogia da morte, partindo de uma proposição de Santos (2012), entendendo que, para além de tratar dos sintomas que estão envolvidos nas questões aqui levantadas, é preciso pensar a causa dos mesmos. O termo “pedagogia da morte” (Santos, 2012, p. 21) é adotado:

[...] embora possa aparentar hiperbólico, por entendermos necessário ressaltar que educar para o capitalismo contemporâneo significa educar para a destruição/morte. Relacionando a pedagogia do mercado aos estudos críticos do trabalho, que apontam o caráter destruidor do capitalismo contemporâneo, denominamos tal projeto como “pedagogia da morte”. A gravidade do quadro esboçado a seguir não deixa dúvidas quanto à urgência de luta contra este modelo. (Santos, 2012, p. 21)

Dessa forma, considerando o caráter destruidor do capitalismo apontado por Santos (2012), temos que uma educação baseada em um treinamento ou instrução para esse mundo do trabalho, que desumaniza, adocece e individualiza o sofrimento das pessoas faz parte do que ela denomina de pedagogia da morte. Para a autora, ainda, o trabalho na contemporaneidade produz, frequentemente, a morte, partindo de outros teóricos que discutem a forte relação entre o ambiente e as condições de trabalho e o suicídio dos trabalhadores, sendo esta realidade para ela, sim, hiperbólica (Santos, 2012).

É preciso, portanto, refletir sobre a responsabilidade política das instituições educacionais e de seus atores, em especial os docentes. Pensando as problemáticas levantadas inicialmente no que se refere ao trabalho docente no Ensino Superior e no papel desempenhado por essa classe profissional, a partir de Trein e Rodrigues (2011, p. 785), ao nos tornarmos “prisioneiros do sistema que criticamos, participamos da concorrência que condenamos, aprimoramos a avaliação que nos subjuga”, não nos atentamos ao poder destruidor da pedagogia de mercado e de seus efeitos nefastos para a educação e para o

mundo do trabalho adequadamente. Pelo contrário, estaríamos naturalizando a pedagogia da morte, em certa medida, em prol do reconhecimento de um status acadêmico pela sociedade de mercado.

Mais uma vez, destacamos que se trata de uma linha tênue – ou, nem tanto assim: como fazer parte desse espaço da Academia, que naturaliza esses mecanismos e compactua com os mesmos, sem fazer parte do ‘jogo’? Pensamos que o primeiro passo é reconhecer o cenário de terra arrasada que a pedagogia da morte causa em nossa sociedade. Precisamos compreender que a categoria docente está adoecida e, tratando-se do Ensino Superior, em especial da pós-graduação, que existe um clima de individualismo e concorrência generalizada, em que a quantidade de produção acaba, muitas vezes, sendo mais importante que a qualidade do que se produz e a relevância social envolvida, o que é expresso pelo produtivismo e más práticas de pesquisa, ligadas à produção pela produção. Isso possui relação significativa com a forma de se avaliar da CAPES, destaca-se. Precisamos, desse modo, refletir, debater e reivindicar por formas de trabalho mais humanas, coletivas e críticas.

É preciso, portanto, que haja um enfrentamento à pedagogia da morte, o que:

[...] significa lutar contra o mundo do trabalho capitalista em sua destrutividade. Significa educar para transformar, educar para se afirmar como sujeito (tanto no âmbito pessoal, como histórico), educar para uma cultura da igualdade, da “ética do respeito”, educar para uma cultura da vida. Esta dimensão é intrinsecamente incompatível com a pedagogia do mercado. Há, portanto, um impasse ético-político fundamental entre as funções propostas para a escola: reproduzir ou subverter. (Santos, 2012, p. 24)

Urge reconhecer que a educação como um todo acontece no bojo do neoliberalismo, sendo, dessa forma, impactada por ele, possuindo, dessa maneira, um caráter reprodutivista. Mas é fundamental tomar, em primeiro lugar, conhecimento de que esse modelo societário do capital tem forjado nossas formas de existência (Dardot e Laval, 2016) e, conforme previa a dama de ferro, Margaret Thatcher, no fim do século passado, tem atuado para transformar nossos corações e mentes (Thatcher, 1981). Isso se relaciona, diretamente, à saúde mental dos sujeitos, de maneira que, quando tratamos do trabalho docente na pós-graduação brasileira, estamos tratando de um processo de intensificação e precarização do trabalho e de adoecimento desses profissionais, o que, por sua vez, relaciona-se com a forma como essa etapa de ensino se organiza no bojo da sociedade neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é fundamental que a Academia passe a repensar como lida com as questões relacionadas à saúde mental dos docentes, mas também, vale ressaltar, dos pós-graduandos. Certamente, é preciso produzir acadêmico-cientificamente, mas essa produção exige um rigor teórico-metodológico e jamais deve ser pensada fora de critérios éticos e de relevância social. Além disso, existem, de fato, meios privilegiados de publicação, como os periódicos, sobretudo os de maior estrato. Mesmo com as exigências avaliativas da pós-graduação, como as da CAPES, não se deve restringir as discussões a apenas esses espaços, pois a produção científica deve romper as fronteiras impostas pelo mercado acadêmico. É preciso fugir da lógica da pedagogia da morte e encontrar fissuras a partir das contradições do próprio capital.

Ademais, não se deve considerar pouco a consciência de que o adoecimento docente decorre da estrutura da própria sociedade capitalista, que, em decorrência da pressão por

produção acadêmica, concorrência constante e generalizada e outros fatores, que não puderam ser mencionados neste artigo, influem sobre a integridade física e mental desses trabalhadores da educação. Esse despertar para o fato de que doenças como a depressão são sintomas de uma pedagogia da morte são muito importantes, pois coloca-se luz na causa dos problemas, e não nas consequências aparentes ou não aparentes do mesmo. Encarando essa realidade será mais viável encontrar atenuantes para um modelo societário adoecedor, buscando maneiras de garantir uma melhor saúde mental e afastando-se de um discurso que individualiza e desagrega os sujeitos, que costuma ser o da patologização de uma questão que é, em princípio e no fim, social.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Condições de Trabalho e Saúde dos(as) Docentes que atuam nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs – 1ª etapa. Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). 2023. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/PDF4/Relatório-%20EN-saúde-docente.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

BORGES, Kamylla Pereira. Trabalho, precarização e adoecimento docente. Curitiba: Editora Appris, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DIAS, Rafael; SERAFIM, Milena. Comentário sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. Avaliação, Campinas/Sorocaba, v. 20, n. 2, p. 335-351, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/BTMnbmLwpMQXnxWqy6ybRpz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 ago. 2025.

FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado: Quatro Ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEHER, Roberto. Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. Revista Katálisis, v. 20, n. 2, p. 207–215, maio 2017. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Aline de Carvalho; LIMA, Joyce da Costa; REIS, Jonatan Fernando da Silva; SANTOS, Fabiana de Oliveira dos. A prática da pesquisa em educação no quadriênio 2013-2016: a produção na pós-graduação no Brasil. Perspectiva, [S. l.], v. 40, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/87068>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. Pedagogia do Mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Ibis libris, 2012.

SILVA, Amanda Moreira. Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2018.

THATCHER, Margaret. Interview for Sunday Times. London, 1981 (May, 1st). Disponível em: <http://www.margareththatcher.org/document/104475>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. Revista Brasileira de Educação [online], v. 16, n. 48, p. 769-819, set./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>. Acesso em: 05 jan. 2024.

VILAÇA, Murilo; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. Espaço Aberto. Rev. Bras. Educ. v.18, n. 53, p. 467-500, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/v3pjhCJJHd8qWghnnm57tch/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2025.

VILAÇA, Murilo; PALMA, Alexandre. Comentários sobre avaliação, pressão por publicação, produtivismo acadêmico e ética científica. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n. 158, p. 794–816, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KhzYKZg5HdXY54znkzzv5Fv/?lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2025.

ZAFALÃO, João. Do que adoecem os professores e as professoras? São Paulo: Ed. Usina Editorial, 2021.

ZARAGOZA, José Manuel Esteve. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.